

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Virtu GNL Participações S.A.

31 de dezembro de 2025

com Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Financeiras

Virtu GNL Participações S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações Financeiras	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Virtu GNL Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Virtu GNL Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Felipe Kasai Marcos

Felipe Kasai Marcos
CRC SP-300620/O

Virtu GNL Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.370	177	80.288	194
Contas a receber de clientes	5	-	-	4.804	-
Tributos a recuperar, líquidos	6	806	-	1.059	263
Adiantamento a fornecedores		669	-	669	-
Despesa Antecipada	7	1.051	-	5.798	-
Partes Relacionadas	15	6.029	409	1.042	1.512
Outros ativos		82	-	337	-
		84.007	586	93.997	1.969
Não circulante					
Tributos diferidos, líquidos	6	-	28	1.837	28
Tributos a recuperar, líquidos	6	-	-	2.280	722
Investimentos	8	179.961	22.859	15.855	12.794
Imobilizado	9	87.431	542	259.936	45.862
Intangível	10	794	274	3.775	565
Direito de Uso	11	1.028	-	1.768	-
		269.214	23.703	285.451	59.971
Total do ativo		353.221	24.289	379.448	61.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virtu GNL Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	1.163	78	10.836	29.110
Salários e encargos sociais	13	-	-	6.886	58
Obrigações fiscais, líquidas	14	349	-	939	20
Adiantamento de cliente		-	-	509	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	329.753	26	331.288	822
Partes relacionadas	15	30.139	17.955	30.159	18.998
Subvenção sobre direito de uso	11	-	-	30	-
Passivo de Arrendamento	11	410	-	410	-
		361.814	18.059	381.057	49.008
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	4.190	6.274	10.892
Subvenção sobre direito de uso	11	-	-	710	-
Passivo de Arrendamento	11	629	-	629	-
		629	4.190	7.613	10.892
Patrimônio líquido					
Capital social	17	10.100	100	10.100	100
Reserva Legal		20	20	20	20
Reserva de Lucros		1.920	1.920	1.920	1.920
Adiantamento futuro aumento de capital		30.000	-	30.000	-
Lucros/ Prejuízos Acumulados		(51.262)	-	(51.262)	-
		(9.222)	2.040	(9.222)	2.040
Total do passivo e patrimônio líquido		353.221	24.289	379.448	61.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virtu GNL Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Do início das operações a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	18	-	-	34.431	-
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(36.698)	-
Lucro bruto		-	-	(2.267)	-
Despesas gerais e administrativas	19	(8.310)	(82)	(33.794)	(772)
Despesas com Vendas	19	(180)	-	(1.130)	-
Equivalência Patrimonial	8	(25.489)	1.994	4.388	2.681
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(33.979)	1.912	(32.803)	1.909
Receitas financeiras	20	4.254	-	4.306	7
Despesas financeiras	20	(21.509)	-	(24.575)	(4)
Resultado financeiro, líquido		(17.255)	-	(20.269)	3
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(51.234)	1.912	(53.072)	1.912
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	(28)	28	1.810	28
Lucro líquido (prejuízo) do período		(51.262)	1.940	(51.262)	1.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virtu GNL Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Do início das operações a 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(51.262)	1.940	(51.262)	1.940
Total dos resultados abrangentes do exercício	(51.262)	1.940	(51.262)	1.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virtu GNL Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Do início das operações a 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Lucros (prejuízos acumulados)	Reserva de Lucro	Adiantamento futuro aumento capital	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Capital Social Abertura	100	-	-	-	-	100
Lucro líquido do exercício	-	-	1.940	-	-	1.940
Reserva Legal	-	20	(20)	-	-	-
Destinação dos Lucros	-	-	(1.920)	1.920	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	100	20	-	1.920	-	2.040
Aumento de capital	10.000	-	-	-	-	10.000
Adiantamento futuro aumento de capital	-	-	-	-	30.000	30.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(51.262)	-	-	(51.262)
Em 31 de dezembro de 2025	10.100	20	(51.262)	1.920	30.000	(9.222)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virtu GNL Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Do início das operações a 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social				
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	(51.234)	1.912	(53.072)	1.912
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	54	-	6.568	-
Equivalência patrimonial	25.489	(1.993)	(4.388)	(2.681)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	240	-
Juros, variações monetárias sobre empréstimos, arrendamento mercantil, contas a pagar na aquisição de investimentos e contingências	20.282	-	23.131	-
Redução (aumento) nas contas de ativo				
Contas a receber de clientes	-	-	(5.044)	-
Tributos a recuperar	(806)	-	(2.357)	(985)
Adiantamento a fornecedores	(668)	-	(669)	-
Despesa Antecipada	(1.051)	-	(5.798)	-
Outros ativos	(82)	-	-	-
Aumento (redução) nas contas de passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.084	-	(18.711)	48
Salários e encargos sociais	-	-	6.828	58
Obrigações fiscais, líquidas	350	-	918	20
Adiantamento de cliente	-	-	509	-
Caixa gerado aplicado nas atividades operacionais	(6.582)	(81)	(51.845)	(1.628)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições para imobilizado e intangível	(80.130)	(713)	(209.387)	(16.270)
Aquisição de empresa, líquida do caixa adquirido	-	(292)	-	(292)
Aumento de Capital em controladas e não controladas	(181.221)	(20.859)	-	(10.400)
Recebimento de dividendos	575	-	575	-
Recebimento de Mútuos	-	-	1.226	-
Mútuos Concedidos	(4.864)	(122)	-	(1.225)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(265.640)	(21.986)	(207.586)	(28.187)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Capital social abertura	-	100	-	100
Captação de empréstimos e financiamentos	300.000	4.189	379.232	11.606
Amortização de empréstimos e financiamentos	(4.188)	-	(83.457)	(50)
Amortização de Passivo de direito de uso	(43)	-	(43)	-
Adiantamento futuro aumento de capital	30.000	-	30.000	-
Mútuos recebidos	-	17.955	-	18.418
Pagamento de Mútuos	(17.817)	-	(18.839)	-
Aumento de Capital	10.000	-	10.000	-
Captação com partes relacionadas	30.000	-	30.000	-
Juros pagos	(537)	-	(7.368)	(66)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	347.415	22.244	339.525	30.008
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	75.193	177	80.094	193
Caixa e equivalente de caixas no início do exercício	177	-	194	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	75.370	177	80.288	194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Virtu GNL Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) companhia de capital fechado, foi constituída em 27 de março de 2024, é sediada na Cidade e Estado de São Paulo, atuando no mercado de construção e operação das centrais de descarbonização rodoviárias.

A Companhia e suas controladas diretas, exploram principalmente os investimentos em infraestrutura e serviços de logística, com foco na construção e operação de Central de Descarbonização Rodoviária (“CDR”) e na prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas intermunicipal e interestadual com veículos movidos a Gás Natural Liquefeito (“GNL”).

A Companhia detém controle direto das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- Virtu GNL S.A. – Empresa de atividade de logística.
- Virtu GNL Log S.A. - Empresa de atividade de logística.
- Virtu GNL Rental Locadora de Veiculos e Embarcações Ltda. – Locação de Veiculos.
- Virtu Infraestrutura Ltda. – Construção e Operação das CDR`s.

A Companhia detém 49% da seguinte coligada:

- GNL Brasil Logística S.A – Transporte de GNL.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do IFRS® *Accounting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), exceto pela apresentação das demonstrações do valor adicionado, a qual não é exigida pelo IASB.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 287.060 no consolidado. Nossos acionistas controladores têm a capacidade financeira de caso necessário, prover o suporte requisitado para a continuidade das operações. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes. Dessa forma, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de abril de 2026.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3. Políticas contábeis

3.1. Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua coligada, por participação direta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas e coligadas:

	2025		
	Direta	Controlada/ Coligada	Data Aquisição
Virtu GNL S.A.	100,00%	Controlada	18/07/2024
Virtu GNL LOG Ltda.	100,00%	Controlada	05/04/2024
Virtu GNL Rental Locadora de Veiculos e Embarcações Ltda.	100,00%	Controlada	27/06/2024
Virtu Infraestrutura Ltda.	100,00%	Controlada	03/10/2024
GNL Brasil Logística S.A.	49,00%	Coligada	19/09/2024

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. A aquisição do controle da primeira controlada ocorreu em 5 de abril de 2024 para a Virtu GNL LOG Ltda., data em que ocorreu o início da consolidação.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ela tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.2. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Em combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultantes abrangentes, conforme apropriado.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.3. Novos pronunciamentos contábeis

3.3.1. Novas normas que entraram em vigor no exercício de 2025

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes:

a) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), essa atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18, contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos que agora permitem a prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Empresa.

b) Alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

Para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. Essas alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos de moedas não conversíveis.

As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Empresa

3.3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras--Continuação

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

c) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

d) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício, conforme Notas 4.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos com partes relacionadas.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

3.6. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.7. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Os custos diretamente atribuíveis a aquisições e/ ou construções do ativo imobilizado, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debentures atribuíveis as infraestruturas em construção são capitalizadas durante a fase de construção e/ ou melhoria.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo quando o período de maturação do projeto é considerado essencial para a operação. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, conforme Nota 9.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.9. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- b) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

3.10. Tributação

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

3.11. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.12. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.13. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.
- O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	3.350	-	8.268	-
Aplicação financeiras de curto prazo	72.020	177	72.020	194
	75.370	177	80.288	194

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 2% a 105% do CDI (taxa média de 2% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber de clientes	5.044	-
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(240)	-
	4.804	-

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	2.354	-
Até 90 dias	1.840	-
De 91 a 180 Dias	616	-
De 181 a 360 dias	234	-
	5.044	-

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Companhia, em atendimento às práticas contábeis vigentes, constitui provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) com o objetivo de refletir, de forma prudente, o risco de não recebimento de seus créditos e registrar suas perdas esperadas.

Adicionalmente, a Companhia considera em suas análises o conceito de “vagão do PECLD”, que consiste na avaliação segmentada e evolutiva da carteira de clientes. Esse procedimento permite maior aderência às práticas de mercado e contribui para estimativas mais consistentes de perdas esperadas, à medida que o histórico de recebimentos venha a ser formado.

6. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

6.1. Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar (a)	-	-	2.495	984
IRRF a Recuperar	806	-	809	-
Outros	-	-	35	1
	806	-	3.339	985
Circulante	806	-	1.059	263
Não circulante	-	-	2.280	722

(a) Créditos referentes a compra de Cavalos e Carretas.

6.2. Tributos diferidos, líquidos

A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis e não dedutíveis, entre os critérios contábeis e fiscais aplicáveis à apuração do lucro tributável. Tais diferenças representam valores que reduzirão a base de cálculo do IRPJ e da CSLL em períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou ativo fiscal diferido no montante de R\$ 1.837, decorrente de diferenças temporárias dedutíveis. Não foram registrados tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Imposto de Renda	Contribuição Fiscal	Total
Ativo fiscal diferido			
Temporários	1.350	487	1.837
Ativo Fiscal diferido, líquido	1.350	487	1.837

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Imposto de Renda	Contribuição Fiscal	Total
Saldos em 27 de março de 2024	-	-	-
Constituição	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Constituição Temporários	1.350	487	1.837
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.350	487	1.837

7. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Seguros (a)	-	-	399	-
Estruturação debênture/ captação (b)	1.051	-	5.399	-
	1.051	-	5.798	-

(a) Referente a seguros dos veículos (Carreta e Cavalo)

(b) Referente a despesas antecipadas de captação junto a entidade financeira.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, os detalhes das controladas diretas, são como se seguem:

Empresas	2025		Quantidade de	% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	ações/ (lotes de mil) Ordinárias/ quotas	Total	Capital votante
Virtu GNL S.A.	(28.331)	158.122	200.000	100,00%	100,00%
Virtu GNL LOG Ltda.	(1.139)	(1.139)	10	100,00%	100,00%
Virtu GNL Rental Locadora de Veiculos e Embarcações Ltda.	(19)	(19)	40	100,00%	100,00%
Virtu Infraestrutura Ltda.	(1.075)	4.160	10.000	100,00%	100,00%

Em 31 de dezembro de 2025, os detalhes das principais não controladas, são como se segue:

Empresas	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/ quotas	Total	Capital votante
GNL Brasil Logística S.A.	8.957	28.118	490	49%	49%

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	Virtu GNL S.A.	Virtu GNL LOG Ltda.	Virtu GNL Rental Locadora de Veiculos e Embarcações Ltda.	Virtu Infraestrutura Ltda.	Virtu GNL Power Ltda.	GNL Brasil Logística S.A.	Total
Saldos em 27 de março de 2024	-	-	-	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(3)	(683)	-	(1)	-	2.681	1.994
Dividendos	-	-	-	-	-	(287)	(287)
Operações societárias (a)	-	-	-	1	-	(2.076)	(2.075)
Aumento de Capital em controlada	5.225	-	-	5.234	-	-	10.459
Aumento de Capital em não controlada	-	-	-	-	-	10.400	10.400
Ágio	270	10	1	-	10	2.077	2.368
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.492	(673)	1	5.234	10	12.795	22.859
	Virtu GNL S.A.	Virtu GNL LOG Ltda.	Virtu GNL Rental Locadora de Veiculos e Embarcações Ltda.	Virtu Infraestrutura Ltda.	Virtu GNL Power Ltda.	GNL Brasil Logística S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.492	(673)	1	5.234	10	12.795	22.859
Resultado da equivalência patrimonial	(28.331)	(456)	(18)	(1.073)	-	4.389	(25.489)
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.330)	(1.330)
Operações societárias (a)	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Capitalização de encargos sobre debentures (b)	2.700	-	-	-	-	-	2.700
Aumento de Capital em controlada	181.231	-	-	-	-	-	181.231
Saldos em 31 de dezembro de 2025	161.092	(1.129)	(17)	4.161	-	15.854	179.961

- (a) Em 19 de setembro de 2024 foi realizada a aquisição de 49% de participação da GNL Brasil Logística S.A. Em janeiro de 2025, foi realizada a venda da participação na Virtu GNL Power Ltda.
- (b) O montante de R\$ 2.700 refere-se aos juros capitalizados da Companhia. Com o objetivo de financiar os investimentos necessários na controlada VirtuGNL S.A., a Companhia captou recursos por meio de debentures. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas de "investimento" em contrapartida aos "Juros Passivos" no resultado financeiro. Na demonstração consolidada, está apresentado como adição ao "intangível".

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

(a) Resumo das informações financeiras

(i) Balanço patrimonial sintético

	Virtu GNL S.A.	Virtu GNL LOG Ltda.	Virtu GNL Rental Locadora de Veiculos e Embarcações Ltda.	Virtu Infraestrutura Ltda	GNL Brasil Logística S.A.
	2025	2025	2025	2025	2025
Circulante					
Ativo	14.969	25	21	319	51.221
Passivo	(19.492)	(1.265)	(40)	(3.791)	(62.444)
Circulante Líquido	(4.523)	(1.240)	(19)	(3.472)	(11.223)
Não Circulante					
Ativo	168.919	101	-	8.342	188.091
Passivo	(6.274)	-	-	(709)	(148.750)
Ativo não circulante líquido	162.645	101	-	7.633	39.341
Patrimonio líquido	(158.122)	1.139	19	(4.161)	(28.118)

(ii) Demonstração do resultado sintética

	Virtu GNL S.A.	Virtu GNL LOG Ltda.	Virtu GNL Rental Locadora de Veiculos e Embarcações Ltda.	Virtu Infraestrutura Ltda	GNL Brasil Logística S.A.
	2025	2025	2025	2025	2025
Receitas	34.431	-	-	-	185.888
Lucro (Prejuízo) antes do IR/CS	(30.168)	(456)	(18)	(1.073)	14.483
Despesas de IR/CS	1.837	-	-	-	(5.526)
Lucro (prejuízo) líquido	(28.331)	(456)	(18)	(1.073)	8.957
Percentual de participação societária - %	100%	100%	100%	100%	49%
Lucro (prejuízo) líquido %	(28.331)	(456)	(18)	(1.073)	4.389

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

9. Imobilizado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Máquinas e Equipamentos	4	-	4	-
Móveis e Utensílios	16	-	16	-
Veículos	2.010	-	62.088	-
Terrenos	881	-	1.486	580
Importação em andamento	-	-	3.657	7.427
Imobilizado em Trânsito (a)	-	-	34.952	31.557
Imobilizado em Andamento (b)	84.520	542	157.733	6.298
Imobilizado total	87.431	542	259.936	45.862

(a) refere-se a veículos adquiridos no exercício de 2025 e seus custos vinculados.

(b) refere-se a obras dos CDR's em andamento (CDR Balsas, CDR Parauapebas, e CDR Santo Antônio dos Lopes)

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

a) Movimentação do imobilizado

	Controladora							Total
	Terreno	Veículos	Moveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	Importação em andamento	Imobilizado em Trânsito	Imobilizado em Andamento (a)	
Custo em 27 de março de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	542	542
Custo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	542	542
Adições (a)	881	2.010	16	4	-	-	83.978	86.889
Custo em 31 de dezembro de 2025	881	2.010	16	4	-	-	84.520	87.431
Depreciação Acumulada em 27 de março de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Acumulada em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Acumulada em 31 de dezembro de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado, líquido	881	2.010	16	4	-	-	84.520	87.431

(a) Depreciação será iniciada para os veículos e CDR's no momento do início da operação.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado							Total
	Terreno	Veículos	Moveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Importação em andamento	Imobilizado em Trânsito (a)	Imobilizado em Andamento (a)	
Custo em 27 de março de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	580	-	-	-	7.427	31.557	6.298	45.862
Custo em 31 de dezembro de 2024	580	-	-	-	7.427	31.557	6.298	45.862
Adições	906	2.010	16	4	9.102	66.943	141.608	220.588
Transferência Imobilizado	-	-	-	-	(12.872)	3.045	9.827	-
Capitalização Veículos	-	66.592	-	-	-	(66.593)	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2025	1.486	68.602	16	4	3.657	34.952	157.733	266.450
Depreciação Acumulada em 27 de março de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Acumulada em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	-	(6.514)	-	-	-	-	-	(6.514)
Imobilizado, líquido	1.486	62.088	16	4	3.657	34.952	157.733	259.936

(a) Depreciação será iniciada para os veículos e CDR's no momento do início da operação.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

10. Intangível

	Controladora			Consolidado				
	Software Implantação	Marcas e Patentes	Total	Software Implantação	Marcas e Patentes	Ágio	Juros Capitalizados	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023								
Adições	274	-	274	274	-	291	-	565
Custo em 31 de dezembro de 2024	274	-	274	274	-	291	-	565
Adições	455	65	520	455	65	-	2.700	3.220
Custo em 31 de dezembro de 2025	729	65	794	729	65	281	2.700	3.775

11. Direitos de uso

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos de direito de uso				
Subvenção Terreno	-	-	740	-
Contrato Locação	1.028	-	1.028	-
	1.028	-	1.768	-
Passivos de arrendamentos				
Direito de Uso	1.039	-	1.039	-
	1.039	-	1.779	-
Circulante	410	-	440	-
Não Circulante	629	-	1.339	-

Ativos de direito de uso

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-	-
Adição por novos contratos	1.082	-	1.822	-
Despesa Depreciação	(54)	-	(54)	-
Saldo em 31 de dezembro	1.028	-	1.768	-

Passivo de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-	-
Juros provisionados	24	-	24	-
Juros pagos	(24)	-	(24)	-
Adição por novos contratos	1.082	-	1.822	-
Pagamentos	(43)	-	(43)	-
Saldo em 31 de dezembro	1.039	-	1.779	-

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços	563	78	3.388	29.110
Fornecedores diversos (a)	600	-	7.448	-
Total fornecedores e outras contas a pagar	1.163	78	10.836	29.110

- a) Fornecedores com partes relacionadas, sendo R\$ 1.364 com frete de gás GNL Brasil e R\$2.635 com compra de GNL Eneva.

13. Salários e encargos sociais

	Consolidado	
	2025	2024
Salários e encargos sociais	2.102	58
Bônus a Pagar	4.784	-
	6.886	58

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

14. Obrigações fiscais, liquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS	17	-	26	1
CSRF	263	-	297	12
PIS	1	-	39	-
COFINS	7	-	182	-
INSS	46	-	81	-
IRRF	15	-	314	7
	349	-	939	20

15. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Partes Relacionadas Ativo				
Coencil S.A.	-	-	-	1.134
Virtu GNL - Manaus	-	-	-	91
Virtu Infraestrutura	3.733	-	-	-
Virtu GNL LOG Ltda.	1.254	122	-	-
Dividendos a Receber (c)	1.042	287	1.042	287
	6.029	409	1.042	1.512

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Partes Relacionadas Passivo				
Coencil S.A.	-	5	-	439
Virtu GNL Rental Locadora de Veiculos e Embarcações Ltda.	-	39	-	-
Virtu GNL - Manaus	20	22	-	630
Ultrapar Participações S.A. (a)	30.000	-	30.000	-
Conta corrente Sócios (b)	119	17.889	159	17.929
	30.139	17.955	30.159	18.998

(a) Aporte de recursos na forma de adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 29 de dezembro de 2025, conforme "Acordo de investimentos e outras avenças", com capitalização prevista para janeiro de 2026, onde os valores aportados não são remunerados nem sujeitos a atualização monetária.

(b) São contas correntes entre partes relacionadas.

(c) Dividendos a receber referente a GNL Brasil (coligada).

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

16. Empréstimos e Financiamentos

Moeda nacional	Controladora		
	2024		
	Circulante	Não circulante	Total
Capital de Giro	26	4.190	4.216
Total da dívida	26	4.190	4.216

Moeda nacional	Controladora		
	2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Debentures	329.753	-	329.753
Total da dívida	329.753	-	329.753

Moeda nacional	Consolidado		
	2024		
	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos	415	2.333	2.748
Capital de Giro	407	8.559	8.867
Total da dívida	822	10.892	11.714

Moeda nacional	Consolidado		
	2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos	1.535	6.274	7.809
Debentures	329.753	-	329.753
Total da dívida	331.288	6.274	337.562

Segue abaixo as movimentações de empréstimos e financiamentos:

	Controladora					
	Saldo em 27/03/2024	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2024
Capital de Giro	-	4.190	-	-	26	4.216
	-	4.190	-	-	26	4.216

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2025
Capital de Giro	4.216	-	(4.188)	(488)	460	-
Debentures	-	300.000	-	-	29.753	329.753
	4.216	300.000	(4.188)	(488)	30.213	329.753

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo em 05/04/2024	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2024
Financiamentos	-	2.788	(50)	(66)	87	2.759
Capital de Giro	-	8.819	-	-	136	8.955
	-	11.607	(50)	(66)	224	11.714

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2025
Financiamentos	2.759	77.232	(72.530)	(6.437)	6.785	7.809
Capital de Giro	8.955	2.000	(10.927)	(907)	879	-
Debentures		300.000	-	-	29.753	329.753
	11.714	379.232	(83.457)	(7.344)	37.417	337.562

a) Financiamentos

Em 2025, foram contratados financiamentos no montante total de R\$ 77.232 mil para aquisição de cavalos mecânicos e carretas. Em julho de 2025, ocorreu a liquidação antecipada de R\$ 72.529 mil, resultando em saldo remanescente de R\$ 7.810 mil. Esse valor refere-se a quatro contratos de financiamento, sendo dois firmados em 2024 e dois contratados em 2025, todos com taxas de juros pré-fixadas variando entre 9,9% e 18,57%. Os próprios veículos adquiridos foram oferecidos como garantia nas operações.

b) Capital de Giro

Em 2025, foi contratado um capital de giro no montante de R\$ 2.000 mil para apoio às operações da empresa, tendo uma taxa de 21,12%, não possuindo covenants. Em julho de 2025, ocorreu a liquidação antecipada da totalidade dos contratos vinculados a essa operação, não permanecendo saldo a amortizar ao final do período.

c) Debentures

Em fevereiro de 2025, foi emitida uma debênture conversível no valor de R\$ 100.000 mil, corrigida pelo CDI, com incidência de juros apenas caso não ocorra a conversão em participação societária. Em agosto de 2025, foi emitida uma debênture no valor de R\$ 200.000 mil, remunerada a CDI + 1,67%, com prazo contratual de 12 meses.

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

17. Capital Social

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia totalizava R\$ 100, representado por 100.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo todas ações ordinárias.

Em outubro de 2025, a Companhia aprovou um aumento de capital no montante de R\$ 10.000 mil.

Assim, em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito passou a ser de R\$ 10.100 mil, composto por ações nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituído uma reserva de lucro a distribuir no valor de R\$1.920 mil.

c) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Foi constituído um adiantamento para futuro aumento de capital conforme acordo assinado em 29 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 30.000 mil pela Ultrapar Participações S.A. com capitalização em janeiro de 2026.

18. Receita líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de Venda Frete	33.283	-
Receita de Venda Serviços	8.675	-
Impostos sobre venda e serviços, devoluções e abatimentos	(7.527)	-
Receita Líquida	34.431	-

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

19. Custos e despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo do serviço prestado	-	-	12.834	-
Despesa com pessoal	482	4	20.192	456
Serviço de terceiros	6.431	75	20.118	287
Despesa com manutenção	82	-	1.542	4
Custo / Despesa com Frete	3	-	1.767	-
Despesa com TI	324	-	1.338	-
Insumos	-	-	35	-
Despesa comunicação	171	-	175	-
Despesa com utilidades	57	-	628	-
Materiais e Serv. Limpeza	-	1	35	20
Despesa com taxas	18	-	73	-
Depreciação e amortização	54	-	5.632	-
Despesa com Vendas	181	-	1.130	-
Despesa Viagens e Combustíveis	651	-	6.044	-
Outras despesas	36	2	79	5
	8.490	82	71.622	772
Custo dos serviços prestados	-	-	36.698	-
Despesas gerais e administrativas	8.310	82	33.794	772
Despesas com Vendas	180	-	1.130	-
	8.490	82	71.622	772

20. Receitas e despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Juros Passivos	(21.320)	-	(24.213)	-
Tarifas bancárias	(143)	-	(167)	(4)
Multa mora	(5)	-	(92)	-
IOF	(41)	-	(103)	-
Despesa financeira	(21.509)	-	(24.575)	(4)
Descontos obtidos	-	-	45	-
Rendimento de aplicações financeiras	4.254	-	4.261	7
Receita financeira	4.254	-	4.306	7
Resultado financeiro	(17.255)	-	(20.269)	3

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição das despesas (receitas) com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.234)	1.912	(53.072)	1.912
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)				
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	25.489	(1.994)	(4.388)	(2.681)
Tributos diferidos não constituídos (base fiscal)	25.745	-	57.460	687
Outras adições	82	-	(5.403)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	82	(82)	(5.403)	(82)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28)	28	1.837	(28)
Alíquota efetiva %	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%

Uma controlada da Companhia detinha, em 31 de dezembro de 2025, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias no montante total de R\$ 5.403 mil.

22. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos

a) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e notas comerciais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	80.288	194
Empréstimos, financiamentos e debêntures	337.562	11.715
Endividamento líquido	257.274	11.521

Virtu GNL Participações S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

23. Seguros

A diretriz de seguros da Companhia segue a avaliação de risco inerente a sua operação. O objetivo é mitigar o risco de reposição das perdas patrimoniais e operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Assim, adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Modalidade	Seguradora	Limite Máximo de Indenização
RCTR-C - Terceiros (a)	HDI	R\$ 500
RCF-DC - Carga (b)	HDI	R\$ 500 (por embarque)
Ambientais transportes	AIG	R\$ 1.000 (agregado)

(a) RCTR-C – “Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga”

(b) RCF-DC – “Responsabilidade Civil Facultativa por Desaparecimento/desvio de Carga”

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

24. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2026, houve a entrada da Perfin Infra Administração de Recursos Ltda. e da Ultrapar Participações S.A. no quadro acionário da Companhia, por meio de dois aportes financeiros no montante de R\$ 30.000 respectivamente, totalizando R\$ 60.000 ocorrido em dezembro de 2025, bem como da conversão de debêntures no valor de R\$ 113.309.

No mesmo mês, ocorreu a liberação, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de crédito no montante de R\$ 61.061, destinado à aquisição de cavalos mecânicos e carretas, tendo seu vencimento em junho de 2037, sendo 4 anos de carência, e uma correção monetária vinculada a taxa de juros não rural dos fundos constitucionais de financiamento (TFCpós).